



## **Pesquisador da USP defende que agricultor possa transformar áreas degradadas em reserva legal**

A exploração de áreas degradadas pode render ao trabalhador rural mais recursos do que a insistência em continuar com a pecuária, segundo o pesquisador da Esalq/USP Ricardo Rodrigues. Ele apresentou ontem aos senadores, em um debate sobre o novo Código Florestal, experiência de diversos fazendeiros que adotam o sistema de ganho financeiro com a exploração de madeira em reserva legal, pelo manejo florestal. A área degradada por pastagem soma 6,4 milhões de hectares no País. O

professor defende que o agricultor transforme áreas abandonadas e degradadas de encostas e topos de morro em reserva legal. Segundo ele, os pequenos agricultores ganham, em média, R\$ 180,00 por hectare ao ano. Com o manejo em reserva legal, o rendimento passou para R\$ 770,00 por ha/ano, R\$ 470,00 oriundos de explorações e R\$ 300,00 pela compensação ambiental. As reservas são feitas, geralmente, em morros e encostas.

Rodrigues lembrou aos senadores das comissões onde a ma-

téria tramita que o parecer da Câmara e do senador Luiz Henrique da Silveira (PMDB-SC) não tratou dessa questão. Ele apresentou uma série de argumentos contrários à redução de áreas de proteção permanente (APPs) e a necessidade de não vincular essas áreas a reservas legais. A legislação atual prevê a necessidade de se preservar 30 metros de mata ciliar a partir das margens de rios, córregos e nascentes. A proposta que tramita no Senado reduz essa área para 15 metros de largura.